

MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS: a realidade do município de Belo-Campo-BA

ALANA PERIQUITO DE OLIVEIRA
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

VILOMAR SANDES SAMPAIO
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Resumo: O presente artigo busca analisar a militarização das escolas públicas e as implicações desse modelo de ensino no processo de aprendizagem. O estudo empírico foi realizado a partir da realidade do Colégio Municipal de Belo Campo – Bahia, que, no segundo semestre de 2019, passou a ser uma escola militarizada. A pesquisa levanta discussões sobre as mudanças ocorridas com esse novo modelo de gestão e os motivos que levaram essa escola a se inserir na rede de colégios militarizados. A metodologia foi desenvolvida por meio de um levantamento teórico com os principais autores que nortearam a análise, tais como: Cabral (2018), Guimarães e Lamos (2018), Alves e Toschi (2019), entre outros. O modelo de ensino militarizado, por meio de discursos agregadores, conquista a comunidade escolar, sobretudo os pais, os quais acreditam que os filhos se encontram em um ambiente seguro e com oportunidades melhores. Há, também, professores que lecionam em escolas com alto nível de violência e enxergam, neste modelo, uma oportunidade de desenvolver seu trabalho com mais segurança. A militarização das escolas públicas é uma imposição a medida em que é implantada em uma unidade escolar ativa, forçando um novo padrão disciplinar em que os alunos devem se adequar para permanecerem na escola, no entanto, ela é posta em forma de opção através de discursos cativantes em prol da melhoria da educação pública. Esse trabalho também denota preocupação como a concepção de ensino gestada através da intervenção militar, assim como os reflexos na formação do indivíduo.

344

Palavras-chave: Educação. Militarização das Escolas Públicas. Processo Ensino e Aprendizagem.

Abstract: This article aims to analyze the militarization of public schools and the implications of this teaching model on the learning process. The empirical study was conducted based on the reality of the Municipal School of Belo Campo - Bahia, which, in the second semester of 2019, became a militarized school. The research raises discussions about the changes that occurred with this new management model and the reasons that led this school to join the network of militarized schools. The methodology was developed through a theoretical survey with the main authors who guided the analysis, such as: Cabral (2018), Guimarães and Lamos (2018), Alves and Toschi (2019), among others. The militarized teaching model, through persuasive speeches, wins over the school community, especially parents, who believe that their children are in a safe environment with better opportunities. There are also teachers who teach in schools with a high level of violence and see, in this model, an opportunity to develop their work more safely. The militarization of public schools is an imposition as it is implemented in an active school unit, forcing a new disciplinary standard in which students must adapt to remain in school, however, it is presented as an option through captivating speeches for the improvement of public education. This work also shows concern about the teaching conception generated through military intervention, as well as the reflections on individual formation.

Keywords: Education. Militarization of Public Schools. Teaching and Learning Process.

Introdução

No atual contexto da militarização das escolas públicas, professores e alunos se deparam com um modelo de ensino que impõe novas regras e condutas. Com isso, a comunidade escolar tem que se reorganizar para enquadrar a essa nova modalidade, e esse processo requer uma reflexão dos profissionais de educação em relação às concepções de educação gestada pelos militares e sua relação com alunos, diante da aceitação da gestão militarizada.

Nesse cenário, é importante destacar que militarizar uma instituição de ensino e construir uma instituição militarizada tem impactos diferentes frente a comunidade escolar, visto que, no primeiro caso, trata-se de um processo de imposição e aceitação, e o segundo, corresponde a uma opção que pode ou não ser aderida pelos pais e alunos.

Por meio de um estudo das pesquisas realizadas sobre militarização de escolas públicas, foi possível perceber que os trabalhos sobre esse tema têm se ampliado, apesar de serem ainda poucos. Portanto, essa pesquisa torna-se relevante, pois representa uma contribuição acadêmica acerca dessa temática e atende a necessidade de conhecimento sobre a militarização das escolas públicas e os reflexos na formação do indivíduo, sua forma de pensar e relacionar em sociedade.

A pesquisa empírica foi realizada no Colégio Municipal de Belo Campo-BA, que, no segundo semestre de 2019, passou a ser uma escola militarizada. Por conta do momento de isolamento social, devido a pandemia do Covid-19, as coletas dos dados empíricos foram realizadas, de modo a atender as recomendações do Ministério da Saúde.

No propósito de alcançar os objetivos propostos, a pesquisa foi realizada em quatro etapas: 1) Revisão teórica de artigos e livros, assim como *sites* oficiais, que abordam a temática sobre a militarização das escolas e autores tais como: Cabral (2018), Guimarães e Lamos (2018), Alves e Toschi (2019), entre outros. Também foram realizadas leituras e fichamentos de teses e dissertações, através do *site* da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), bem como o do Ministério da Educação e Cultura (MEC) para obtenção de informações de projetos em relação a modalidade de ensino abordada 2) Consulta aos projetos políticos pedagógicos do Colégio Municipal de Belo Campo, atual e anterior ao processo de militarização, a fim de verificar as mudanças pedagógicas ocorridas na unidade escolar com a nova gestão e 3) Realização de entrevistas, por meio da ferramenta de reunião do *Google Meet*, com roteiro previamente estabelecido, direcionadas ao diretor e aos professores, com questões relacionadas ao funcionamento da escola, antes da militarização, os fatos que levaram a adoção desse Projeto, as mudanças ocorridas no aspecto organizacional e pedagógico e as vantagens e desvantagens da militarização. Aos alunos foram aplicados questionários pelo formulário do

Google Forms, com questões socioeconômicas, a fim de obter dados sobre as vivências numa escola militarizada, 4) Transcrição dos dados e a construção do texto.

Concepções de educação presentes nos projetos de militarização no Brasil

No cenário atual de aumento da presença militar nas escolas públicas, professores e estudantes encontram-se diante de um modelo educacional que introduz diferentes normas e comportamentos. Isso demanda uma adaptação da comunidade escolar para se ajustar a essa abordagem, o que, por sua vez, exige que os educadores reflitam sobre as ideias de educação promovidas pelos militares e como essas se relacionam com os alunos.

De acordo com Cabral (2018), o processo de transferência da gestão das escolas públicas para Polícia Militar tem crescido “primeiramente, em razão do medo e da violência, e, em segundo plano, em razão da visão negativa e preconceituosa de que adolescentes, em geral pobres e negros, são ameaçadores e perigosos” (Cabral, 2018, p.14). Guimarães e Lamos (2018) ressaltam que a violência adentrou os muros das escolas em um movimento de fora para dentro, tornando-se um desafio de todas as esferas sociais, econômicas e políticas.

O modelo de ensino militarizado, por meio de discursos agregadores, conquista a comunidade escolar, sobretudo os pais, os quais acreditam que os filhos se encontram em um ambiente seguro e com oportunidades melhores. Há, também, professores que lecionam em escolas com alto nível de violência e enxergam, neste modelo, uma oportunidade de desenvolver seu trabalho com mais segurança. Além disso, resalta-se as conquistas alcançadas pelas escolas que aderiram a militarização e tais conquistas são direcionadas para melhoria na nota do Índice de Desenvolvimento da Escola Básica (IDEB) e no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Em relação a violência e a militarização das escolas públicas, Alves e Toschi (2019), ressaltam a importância de estudos que as investiguem minuciosamente, destacando o caso de Goiás, que, “apesar de ser o estado com maior número de escolas militarizadas do país, está entre os estados mais violentos na região Centro-Oeste”. (Alves; Toschi, 2019, p. 642), isso mostra que, mesmo possuindo grande número de escolas militarizadas, a violência ainda é algo presente na vida da população goiana.

Os mesmos autores afirmam que esse fenômeno não pode ser reduzido à questão educacional, ou seja, a secretaria de segurança pública precisa de medidas que vão além de militarizar as escolas, se atentando para políticas públicas que combatam a violência e

diminuem o número de homicídios, principalmente entre jovens que deveriam estar na escola (Alves; Toschi, 2019).

A metodologia de ensino das escolas públicas brasileiras enfatiza ideias para melhorar as relações ali existentes, em que preserve o respeito entre aluno-escola e ampare a todos em sua particularidade, de forma a preparar esses alunos para exercer conscientemente sua cidadania, preservando sua individualidade e o direito de expressão. Porém, a violência, a criminalidade e o tráfico de drogas nos arredores das escolas afetam diretamente os resultados em sala de aula. A sociedade tem a autonomia de moldar e instigar certos comportamentos através das diferenças sociais, que acabam resultando em desvios comportamentais em alunos de escolas, principalmente, localizadas em bairros de baixa renda.

Com a preocupação com os jovens, o governo incentiva a militarização das escolas públicas, porém, Silva e Krejci (2019), questionam o processo pelo qual os alunos são submetidos para alcançar as melhorias educacionais pretendidas. Ximenes, Stuchi e Moreira (2019) destaca algumas regras em que o estudante deve seguir, a fim de padronizar os comportamentos no ambiente escolar, dentre elas estão;

[...] proibição de gírias; proibição de paquera ou namoro (Contato físico “que denote envolvimento de cunho amoroso” é proibido); proibição de uso de batons ou esmaltes de unha; obrigação de bater continência e caminhar marchando; proibição de mascar chicletes; obrigação de corte de cabelo padronizado; proibição de qualquer crítica, considerando falta disciplinar grave “denegrir o nome da polícia ou de qualquer de seus membros. (Ximenes, Stuchi e Moreira, 2019, p. 619).

347

Nesse caso, é possível observar uma hierarquia autoritária em que o direito de expressão é negado, a padronização de comportamentos e censura ao debate crítico, resulta em uma distorção da democracia. A escola deve cumprir primeiramente com o “Princípio da Gestão Democrática, resultando em um ambiente que preza a participação nas definições do Projeto Político Pedagógico” (Ximenes, Stuchi e Moreira, 2019, p. 619).

A educação pautada na empatia, segundo Insfran. *et al.* (2020), reconhece e valoriza os aprendizes como sujeitos sociais, históricos e interseccionais em que sua subjetividade seja respeitada. Isso torna-se uma idealização frente ao modelo social presente, em que a desigualdade social é uma realidade e foi ampliada na pandemia do Covid-19, a partir de 2020, no que se refere ao acesso à tecnologia e ao direito à educação com a excepcionalidade do Ensino Remoto.

A educação não pode ser posta de forma seletiva, assim como a escola militarizada não pode anular a liberdade de expressão ou impor doutrinas aos discentes. Segundo Paulo Freire

(1996), os alunos carregam consigo saberes socialmente construídos na prática social que precisam ser respeitados e levados em conta no processo de ensino e aprendizagem.

Paulo Freire (1996) ainda ressalta alguns pontos necessários para a prática docente, dentre eles está a rigorosidade metodológica, em que o educador democrático não pode deixar de reforçar a capacidade crítica e as curiosidades do educando e destaca que, ensinar exige respeito aos saberes dos estudantes, criticidade, risco e aceitação do novo, além do reconhecimento e a assunção da identidade cultural. (Freire, 1996)

É importante avaliar cuidadosamente, as metodologias educacionais das escolas militarizadas, para que a escola tradicional não prevaleça, ou seja, que a educação não volte a ser sustentada pelo autoritarismo do professor e a ao ensino mecânico, baseado na memorização. A escola tradicional prepara o sujeito para as práticas sociais e para o mercado de trabalho, inserindo o professor como centro do processo de aprendizado e os alunos como receptoras do conhecimento. Semelhante a escola militarizada, no sentido autoritário, que faz da disciplina e rigorosidade, elementos essenciais na qualidade da educação.

Durante a ditadura militar de 1964, o modelo de ensino que prevaleceu era o tecnicista, prescritivo e normativo, em que colocava a técnica como centro do conhecimento, “na pedagogia tecnicista, o centro passa a ser a organização racional dos meios, concebida e planejada por especialistas imparciais” (Estacheski, 2018, p.110). Dessa forma, a vivência, a particularidade e a liberdade de conhecimento, tanto do professor quanto do aluno não era considerada, mas sim o cronograma, as apostilas e livros, seguindo a técnica adotada pela escola, ou seja, não havia uma preparação do aluno para se inserir de forma crítica, empática e humanizada, respeitando o próximo e conquistando sua cidadania, por meio da luta pela inclusão social. Estacheski (2018), menciona que tanto a concepção tradicional como tecnicista, pouco se fez em relação a formação básica do indivíduo:

[...] pois a educação deve ter como princípio balizador a formação integral do sujeito. Nesse sentido, falamos em educação unilateral, em que a constituição do ser humano deve ser contemplada em seu maior e mais alto nível. O papel da educação é permitir que o ser humano se torne cada vez mais humano em todas as suas dimensões, por este motivo não podemos admitir o discurso de que há quem seja bom em uma disciplina escolar em detrimento de outra. Todos os sujeitos têm plenas condições de se desenvolverem por completo, sendo necessário que o sistema educacional dê as condições reais e concretas para que esse objetivo seja, de fato, atingido (Estacheski, 2018, p.111).

Sendo assim, a escola não pode excluir o aluno que não consegue alcançar a meta estipulada pela instituição de ensino, seja por meio de transgressões indisciplinares ou das

dificuldades de aprendizado. No primeiro caso, é importante a mediação de conflitos, oferecendo subsídios que ajude esse aluno a se desenvolver como pessoa.

O projeto de militarização das escolas atuais tem como objetivo a redução da violência e a melhoria na qualidade de ensino, inserindo a disciplina e a obediência como principal fator da educação de qualidade. Para Belloni (2003), a educação de qualidade social que se comprometa como a formação do aluno com vistas “à emancipação humana e social tem por objetivo a formação de cidadãos capazes de construir uma sociedade fundada nos princípios da justiça social, da igualdade e da democracia.” (Belloni, 2003, p. 232). O autor discute educação, por meio dos princípios de democracia, e entende qualidade de educação como direito ao exercício da cidadania.

De acordo com esse autor, “a oferta de educação de qualidade como direito de cidadania contempla três dimensões específicas e complementares, a saber: I) acesso à educação, II) permanência no sistema ou em atividades educativas e III) sucesso no resultado ou aprendizado”(Belloni 2003, p. 232). Segundo, Ximenes, Stuchi e Moreira (2019), a escola militarizada, fere os princípios de qualidade, pois não se pode ter qualidade sem democracia;

[...] A qualidade deve ser construída democraticamente. Existe concretamente uma disputa de concepções pedagógicas que influem na concepção de qualidade da educação. Para além dos insumos indispensáveis à prática pedagógica, a dimensão da qualidade dialoga com a pluralidade de ideias, pensamento, arte e saber. É inconcebível uma educação de qualidade em um ambiente que não existe liberdade de expressão e de práticas pedagógicas. (Ximenes, Stuchi e Moreira, 2019, p. 621).

349

De acordo, Lacé, Santos e Nogueira, (2019) a qualidade de ensino não se baseia na eliminação nas diferenças por meio da padronização de comportamentos:

O primeiro deles se refere ao fator exercício da cidadania e da liberdade individual. Nesse aspecto, a padronização exigida pelo processo de militarização fere os preceitos da liberdade individual e do respeito à diversidade. Compreende-se que o sujeito que compõe a escola pública é diverso, possui as suas diferenças e deve ser respeitado em sua própria diversidade. A qualidade social, portanto, não se baseia na eliminação da diferença como pressuposto de melhoria. (Lacé; Santos; Nogueira, 2019, p.658).

Dessa forma, fica evidente que a educação de qualidade se dá por meio da democracia e, para isso, o ambiente escolar deve incentivar a liberdade de expressão, o qual fica restrito nas instituições de ensino militarizada ao impor a padronização de comportamentos, proibições e obrigatoriedade de uniformes e estéticas, como exemplo do cabelo cortado para os meninos e

amarrados em forma de coque para as meninas, além da participação, no início e final das aulas, do hino nacional.

Nesse caso, é censurada a liberdade de expressão, pois normalmente a não aceitação dessas regras, leva a punições, resultando em acúmulo de desobediência que pode fazer com que o estudante seja expulso da instituição de ensino ao atingir uma determinada quantidade de transgressão. Como Lacé, Santos e Nogueira, (2019) menciona, a eliminação das diferenças não é pressuposto de qualidade na educação.

Em relação ao direito à cidadania, por meio da luta pela inclusão social, é necessário o estímulo ao senso crítico dos alunos. Segundo Freire (1987), o diálogo crítico e libertador tem de ser feito ao oprimido e, durante esse processo, “nos vários momentos de sua libertação, precisam reconhecer-se como homens, na sua vocação ontológica e histórica de Ser Mais” (Freire, 1987, p. 29). Sendo assim, dentro do ambiente escolar, a libertação do oprimido ocorre quando:

[...] os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental, é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis. (Freire, 1987, p. 29)

350

Nesse sentido, a ação acontece por meio da reflexão e faz-se necessário uma reflexão crítica, para que não se torne mero ativismo. Um outro ponto a ser destacada é a separação da gestão em administrativa e pedagógica, segundo Ximenes, Stuchi e Moreira (2019):

Essa separação desconsidera a diversidade das instituições escolares e a sua autonomia para a elaboração de suas propostas pedagógicas. dessa forma, também leva ao apagamento da identidade da própria escola ao desconsiderar a diversidade da dimensão socioeconômica e a heterogeneidade e pluralidade cultural. (ximenes, stuchi e moreira, 2019, p. 659).

Essa separação diminui a função do gestor pedagógico, administrativo e político, ao inserir policiais militares com visões limitadas, visto que normalmente esse regimento é baseado na hierarquia e na obediência rígida.

A militarização do colégio municipal de belo campo

Dia 10 de Julho de 2019, o Colégio Municipal de Belo Campo, através do convênio com a Polícia Militar do Estado da Bahia (PMBA) implantou o projeto de militarização, que foi

assinado pelo atual prefeito da cidade e o comandante geral da PMBA. Entrando em vigor no segundo semestre letivo de 2019, no primeiro semestre do ano seguinte, a instituição teve as aulas suspensas devido a pandemia do Covid-19, retornando de forma remota apenas em 2021.

Com a militarização da instituição de ensino, os alunos tiveram que se adaptar à nova gestão disciplinar. Diferente de outros colégios militarizados, tais como alguns de Minas Gerais, o Colégio Municipal de Belo Campo não cobra taxas mensais e nem conta com processo seletivo para matrícula. Para melhor adequação do modelo disciplinar e pensando na questão social dos alunos matriculados, a Prefeitura Municipal disponibilizou uniformes provisórios para os alunos, sendo compostos por camisetas brancas.

Ao se tornar militarizada, a instituição passa a ter um Regimento Interno Disciplinar, que é um conjunto de normas e condutas que a escola deve seguir no sentido disciplinar. O Regimento Interno Disciplinar da Escola Municipal de Belo Campo (2019), tem por finalidade, classificar e especificar as transgressões disciplinares cometidas pelos alunos, enumerando as consequências e causas que influencia em seu julgamento, bem como as punições disciplinares determinando uniformidade de critérios em sua aplicação nesse estabelecimento de ensino, “tendo em realce os princípios de justiça e equidade” (Belo Campo, 2019, seção 1. Art. 1, p.01).

Ainda segundo o Regimento Interno (2019), como consequência na formação do aluno, o regime disciplinar influencia na conduta do aluno, dentro e fora da escola, criando condições para o desenvolvimento de sua personalidade, através de padrões éticos, inserindo em sua formação os “atributos indispensáveis a uma fácil escalada pelos degraus da hierarquia social” (Art.2, p. 01), que, de uma forma geral, está ligada a posição que o indivíduo ocupa na sociedade. Nesse sentido, o regimento usa dos padrões disciplinares impostos como uma forma de alcançar um nível maior na hierarquia social. Guirra (2021), classifica a hierarquia como:

O conjunto de poderes subordinados uns aos outros, classificando os patamares do poder correspondente às diferentes classes. Hierarquia é a ordenada divisão dos poderes com subordinação sucessiva de uns aos outros, é uma série contínua de graus ou escalões, em ordem crescente ou decrescente, podendo-se estabelecer tanto uma hierarquia social, uma hierarquia urbana, militar, ou qualquer outra área de convívio entre as partes (Guirra, 2021, p. 400).

Em outras palavras, Guirra (2021) ressalta que a hierarquia e disciplina são pilares da Força Armada, trazidas para a esfera educacional em busca de alcançar resultados que condiz com as expectativas atuais do ensino, ou seja, ingressar o estudante no mercado de trabalho. (Guirra, 2021). A disciplina é classificada pelo Manual de Campanha Ordem Unida, Ministério do Exército (2000), como:

- a. A disciplina é a força principal dos exércitos. A disciplina, no sentido militar, é o predomínio da ordem e da obediência, resultante de uma educação apropriada.
- b. A disciplina militar é, pois, a obediência pronta, inteligente, espontânea e entusiástica às ordens do superior. Sua base é a subordinação voluntária do indivíduo à missão do conjunto, do qual faz parte. A disciplina é o espírito da unidade militar (BrasiL, 2000, p.9),

As normas disciplinares do Regimento Interno Disciplinar da Escola Municipal de Belo Campo (2019), são impostas a todos os alunos da unidade escolar, tanto do turno vespertino como do matutino. O Art. 3, ressalta que as normas disciplinares devem ser tidas como um instrumento a serviço da formação integral do aluno, “não sendo tolerável nem o rigor excessivo, que desvirtua ou deforme, nem a benevolência paternalista, que a desfibre e dessegure”. (Belo Campo, 2019, Art.3, p.2).

A gestão da instituição passa a ser dividida entre gestão administrativa, pedagógica e disciplinar. Senda a primeira responsável pela gestão de recursos humano, financeiro, físico, bem como administrativas de elementos como: material didático, infraestrutura do prédio, o mobiliário, os equipamentos eletrônicos, manutenção da limpeza e do saneamento básico da escola; a segunda corresponde a coordenação pedagógica, voltada para determinações de ações pedagógicas tais como a organização educativa, ou seja, está relacionada com o currículo a formação política dos alunos e as questões de ensino e aprendizado (PPP do Colégio Municipal de Belo Campo, 2019)

As coordenações administrativa e pedagógica, são formadas por um diretor, um vice-diretor, uma coordenadora pedagógica, um secretário administrativo e uma supervisora de limpeza, assim como quarenta e cinco professores. A gestão disciplinar, segundo a coordenadora pedagógica (2021), é composta por seis policiais da reserva, ou seja, que são aposentados, sendo, um Diretor, um Coordenador e quatro Tutores Disciplinares. Responsáveis pelas questões disciplinares da escola.

As vantagens e desvantagens da militarização: o que dizem gestão, professores e alunos do colégio municipal de belo campo?

Militarizar uma instituição de ensino e construir uma instituição militarizada tem impactos diferentes frente à comunidade escolar, visto que, no primeiro caso, trata-se de uma imposição e o segundo corresponde a uma opção que pode ou não ser aderida pelos pais e alunos. O Colégio Municipal de Belo Campo, ao tornar-se militarizado, impôs aos alunos

matriculados, novas regras e condutas como condição para a permanência na instituição de ensino.

Segundo a coordenadora pedagógica, com a militarização houve o crescimento no número de matrículas na instituição, principalmente daqueles alunos que possuem maior disciplina e pais que participam mais efetivamente no desempenho educacional, sobretudo de alunos das escolas particulares que, ao concluírem o ensino fundamental I, optaram em se matricular em esta instituição. A coordenadora enfatiza:

Aumentou o número de alunos que a gente vê que tem mais disciplina, que a família acompanha mais, nós tivemos assim, muitos alunos das escolas particulares que geralmente saíam do quinto ano e iam para o sexto ano para outra escola particular, vieram para cá, ao invés de irem para escola particular (Informação Verbal)¹

Entretanto, a coordenadora ressalta que alguns alunos não se adequaram às regras impostas pela gestão disciplinar e optaram por saírem da instituição de ensino, gerando, dessa forma, uma evasão pela não aceitação ao modelo disciplinar educacional. Segundo a coordenadora dessa escola:

Com a chegada da polícia militar na escola, alguns alunos não se enquadraram, no modo como a escola passou a funcionar, naquilo que desrespeito a disciplina, alguns alunos saíram da escola, ninguém pediu para eles saírem, nem falou para eles saírem, porém, eles não se enquadraram no comportamento que eles precisaram ter em relação a disciplina. Os que ficaram perceberam que eles precisam ter um comportamento diferente, inclusive desrespeito com a questão física, o aluno tem que estar com as roupas toda bonitinha, arrumadinha, ele precisa ter uma postura diferente do que ele tinha antes. (Informação Verbal)²

Em relação a questão física ressaltada pela coordenadora, a mesma destaca que a prefeitura municipal doou uma camiseta branca para todos os alunos e que a escola estava em processo de compra de uniformes para os estudantes, de acordo ao modelo das escolas conveniadas com a Polícia Militar. Isso ressalta a preocupação com acessibilidade do aluno aos padrões da unidade escolar.

A coordenadora ressalta que um dos objetivos pretendidos com a militarização da instituição é diminuir a evasão escolar, que tem como consequência fatores econômicos e familiares. No entanto, é preocupante tentar acabar com a evasão escolar de forma a provocar

¹ Entrevista concedida pela coordenadora pedagógica, do Colégio Municipal de Belo Campo, no dia 29 de abr.2021

² Entrevista concedida pela coordenadora pedagógica, do Colégio Municipal de Belo Campo, no dia 29 de abr.2021.

outra desmotivação, visto que, ao se sentirem privados de sua liberdade no ambiente escolar, optam por desistir. Em uma das perguntas direcionadas aos alunos sobre os motivos do Colégio Municipal ser militarizado, o aluno 1 diz que:

Eu sinceramente acho que era bem bagunçado, e militarizar a escola foi até bom para colocar ordem, e etc... Mas acho que eles colocam coisas regras desnecessárias que não tem nada a ver com o ensino, e só faz os alunos perder o resto de auto estima que tem, isso só deixa o aluno menos interessado de ir pra escola (Aluno 1, 2021).

O professor B, justifica a evasão ocorrida com a implantação do convênio, com carência no hábito de alunos e suas famílias em seguirem regras, e enfatiza:

Na verdade, a escola militarizada tem o seu perfil, com algumas regras para melhor organização da comunidade escolar, porém, alguns alunos e suas famílias não querem se adequar, pois não tem o hábito de segui-las e preferem outra escola onde não são obrigados a seguir. (Professor B, 2021).

Apesar das evasões, acredita-se que a militarização proporcionará melhorias nas condutas disciplinares dos alunos, além de melhorar a nota do IDEB e aumento das notas escolares. Com relação aos fatores que levaram a implantação do projeto de militarização no CMBC, a coordenadora ressalta que a militarização era um desejo do secretário, de muitos professores e da comunidade, fazendo com que o atual prefeito firmasse o convênio entre a Prefeitura Municipal e a Polícia Militar e implantasse o projeto de militarização na unidade escolar.

O professor A afirma que a decisão de implantar a militarização não partiu do Colégio Municipal e sim do administrativo do município e da Polícia Militar da Bahia, e que a escolha da unidade escolar se deu devido ao tamanho da escola, número de alunos e a estrutura física. A professora B também destaca a decisão como sendo do Município, “Acredito que o gestor municipal visitou algumas escolas com esse perfil e se encantou com a disciplina dos alunos e entendeu o quanto isso seria interessante e importante para o nosso colégio, pois a disciplina colabora para um bom desenvolvimento pedagógico” (Professora B, 2021). A mesma ainda ressalta que em várias situações os professores não estavam conseguindo ministrar aula por conta da indisciplina dos alunos.

Um dos alunos destacou a militarização como positiva para a escola, devido a questão da ordem e dos benefícios que poderá trazer para o município no sentido educacional: “Para trazer mais ordem e educação disciplinar para os estudantes. Também para ser um exemplo educacional as outras escolas, já que essa é a primeira militar no município” (Aluno 9). O termo

militar foi usado pelo estudante para referenciar a militarização, levando em consideração a diferença entre escola militar e militarizada.

Em relação ao funcionamento da escola antes da militarização, a professora B diz que “Os alunos estavam meio indisciplinados, por conta disso, o ensino algumas vezes se apresentava desorganizado, pois eram muitos problemas para a direção resolver. Com isso, se perdia um pouco o foco pedagógico” (Professora B, 2021). Ela ressalta que hoje, o fato da escola ter duas direções, melhorou também a parte pedagógica. Em relação a indisciplina na escola, o Projeto Político Pedagógico (2019), destaca que:

Faz-se necessário salientar que alguns alunos do Ensino fundamental II, são crianças e adolescentes que apresentam déficits consideráveis de aprendizagem, o que é potencializado por causa da negligência, muitas vezes, da família e da falta de estímulos nos anos iniciais. Alunos que muitas vezes chegam à escola com valores distorcidos, sem valores morais e éticos, bem como comportamentos inadequados para um ambiente escolar. Diante desta realidade, os professores encontram inúmeras dificuldades para desenvolver conteúdos e metodologias nessa etapa da educação básica (PPP, 2019, p.07).

Em relação a esses alunos, a coordenadora afirma que a escola oferece apoio psicológico, oferecido a todos os estudantes, podendo ser indicado por meio dos professores, ao perceberem que o aluno necessita desse acompanhamento, ou ainda pelo próprio aluno. A escola também busca ajudar em questões familiares que interferem no desenvolvimento do aluno e no oferecimento de oportunidades para que esses alunos possam se desenvolverem na instituição.

Com relação ao posicionamento dos professores, em relação a esses alunos mencionados no PPP, a professora B reflete: “Na verdade, os tutores, com a militarização, nos ajudaram muito, tanto nos momentos que estão com os alunos, orientando e aconselhando e também no decorrer das aulas com direção disciplinar à disposição dos discentes e docentes” (Professor B, 2021). O professor A, destaca que,

Infelizmente vivemos numa sociedade de valores invertidos, onde o certo e o errado se confundem, e isso, sem dúvida, chega até a escola e diante dessa realidade buscamos proporcionar, não só o crescimento intelectual do aluno e a formação de um senso crítico, mas também a mudança de comportamento no agir com o outro (Professor A, 2021).

Um dos objetivos pretendidos pela Escola, em 2019, era o desenvolvimento de projetos com o objetivo de diminuir “a reprovação, estreitar os laços entre a escola e família dos alunos, bem como melhorar o desenvolvimento dos alunos, contribuindo assim para o desenvolvimento pleno dos alunos” (PPP, 2019, p. 08).

Dentre as vantagens da militarização do CMBC, os professores mencionam a disciplina dos alunos com melhoria para a educação e como desvantagem a dificuldade de alguns alunos a se adaptarem as regras. Para os alunos, as vantagens são a melhoria do comportamento dos estudantes, cumprimento com os horários de chegada e saída e que “diminuiu o uso de drogas e melhorou em termos de disciplina” (Aluno 2, 2021). O aluno 7 ressalta que todas as regras são necessárias para melhorar o ensino, mas afirma que diminuiu a liberdade de expressão e aumentou a pressão psicológica. Dentre as desvantagens do projeto de militarização, 33,3 % dos alunos dizem não haver desvantagens e 66,6% destacam como desvantagens a rigidez nas regras exigidas.

Conclusão

A militarização das escolas públicas é uma imposição a medida em que é implantada em uma unidade escolar ativa, forçando um novo padrão disciplina em que os alunos devem seguir para permanecerem na escola, no entanto, ela é posta em forma de opção por meio de discursos cativantes, em prol da melhoria da educação pública. Nesse sentido tem-se uma imposição posta em forma de opção.

As regras necessárias para um bom convívio social e inserção do indivíduo na sociedade não envolve padronização de comportamento, embora a disciplina como forma de respeito ao próximo e ao local onde está inserido é necessária, porém, uma obediência severa a um sistema, de forma a perder sua identidade própria, não é sinônimo de qualidade de educação, nem tão pouco de desenvolvimento social.

Para os professores que convivem com a indisciplina de forma a interferir em suas aulas, se sentem acolhidos com uma disciplina a mais no ambiente escolar proporcionada pela militarização, porém, um dos professores entrevistados não deixou de enxergar as desvantagens que isso traz aos alunos ao mencionar a evasão pela não aceitação do regimento interno disciplinar na unidade escolar,.

Entretanto, a militarização traz consigo vantagens, como a implantação do convênio na unidade escolar, a descentralização das responsabilidades do setor pedagógico e como mencionou os professores, poderá gerar uma melhoria na qualidade de ensino-aprendizado e na nota do IDEB e ao “melhorar a disciplina, a conduta e convivência influencia no desenvolvimento do aluno” (Professor A, 2021).

Nesse sentido, a junção de professores especializados com alunos disciplinares é de fundamental importância para um melhor desenvolvimento da educação, porém, é importante repensar o peso dessa disciplina sobre o desenvolvimento pessoal do aluno. Investir na pluralidade da educação brasileira é algo necessário frente a precariedade da educação pública do país, no entanto, para que a militarização seja uma opção viável, é necessário rever as concepções educacionais gestadas por essas instituições para que o aluno não perca sua identidade e seu senso crítico ao se ver em um sistema padronizado e sem liberdade de expressão.

Referências

ALVES, Miriam Fábila; TOSCHI, Mirza Seabra. A militarização das escolas públicas: uma análise a partir das pesquisas da área de educação no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** - Periódico científico editado pela ANPAE, [S.l.], v. 35, n. 3, p. 633, dez. 2019. ISSN 2447-4193. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/96283>. Acesso em: 29 maio 2020.

ALVES, Miriam Fábila; TOSCHI, Mirza Seabra; FERREIRA, Neusa S. R. Os colégios militares em Goiás: processo de expansão e diferenciação da rede estadual. *In: Retratos da Escola*, Brasília, v.12, n.23, p.271-287, jul./out. 2018. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br>. Acesso em: 14 maio. 2020.

BELLONI, Isaura. Educação. *In: BITTAR, Jorge (org.). Governos estaduais: desafios e avanços: reflexões e relatos de experiências petistas*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

Disponível em:

https://fpabramo.org.br/publicacoes/wpcontent/uploads/sites/5/2017/05/governos_estaduais.pdf. Acesso em: 02 abr. 2021.

BRASIL. **Congresso Nacional. Senado Federal**. 1988. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/> Acesso em: 22 abril.2020.

CABRAL, Jefferson Fernando Ribeiro. **A Militarização da Escola: um debate a ser enfrentado**. 2018. 145f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Taubaté. São Paulo. Disponível em: <https://mpemdh.unitau.br/wp-content/uploads/2016/dissertacoes/mdh/Jefferson-Fernando-Ribeiro-Cabral.pdf> Acesso em: 22 abril.2020.

ESTACHESKI, Joice. **Fundamentos e organização da educação infantil e do ensino fundamental.** – Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2018. 176 p. Disponível em: http://cm-kl-content.s3.amazonaws.com/201801/INTERATIVAS_2_0/FUNDAMENTOS_E_ORGANIZACAO_DA_EDUCACAO_INFANTIL_E_DO_ENSINO_FUNDAMENTAL/U1/LIVRO_UNICO.pdf. Acesso em: 10 abril.2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura). Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/09/9.-Pedagogia-da-Autonomia.pdf>. Acesso em: 20 mar.2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. Disponível em: <https://docs.google.com/a/fcarp.edu.br/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZmNhcnuZWR1LmJyfg51cGVkaXxneDpmMzFhOWM0YzA3YTg2OWE>. Acesso em: 14 abr.2021.

GUIRRA, A. P. M. Militarização da educação: hierarquia e disciplina. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 11, 2021. DOI: 10.51891/rease.v7i2.605. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/605>. Acesso em: 19 jun. 2021.

GUIMARÃES, P. C. P.; LAMOS R. A. C. Militarização das escolas da rede estadual de Goiás: a nova onda conservadora. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 20, n. 43, p. 66-80, jan./abr. Disponível em: [file:///D:/Downloads/4004-15268-1-PB%20\(4\).pdf](file:///D:/Downloads/4004-15268-1-PB%20(4).pdf). Acesso em: 22 abr.2020.

INSFRAN, Fernanda Fochi Nogueira; LOPES, Juliana Crespo; TOZATTO, Alessandra; POUBEL, Gleiciane Lage Soares; SENTINELI, Tiago Afonso; LADEIRA, Thalles Azevedo; FARIA, Sâmela Estéfany Francisco. Militarização da educação pública no Brasil: a derrocada da empatia? **Revista Saúde e Ciência online**, v. 9, n. 1, (janeiro a abril de 2020), p. 5-23. Disponível em: <https://rsc.revistas.ufcg.edu.br/index.php/rsc/article/view/377> Acesso em: 02 mar.2021.

LACÉ, Andréia Mello; SANTOS, Catarina de Almeida; NOGUEIRA, Danielle Xabregas Pamplona. Entre a escola e o quartel: a negação do direito à educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S.l.], v. 35, n. 3, p. 648, dez. 2019. ISSN 2447-4193. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/96856>. Acesso em: 18 abr. 2021. doi:<https://doi.org/10.21573/vol35n32019.96856>.

SILVA, Keythellem Silveira; KREJCI, Rosali. Apontamentos sobre militarização das escolas públicas. **Episteme Transversalis**, [S.l.], v. 10, n. 3, dez. 2019. ISSN 2236-2649. Disponível em: <http://revista.ugb.edu.br/ojs302/index.php/episteme/article/view/1689>. Acesso em: 07 mar. 2021.

XIMENES, Salomão Barros; STUCHI, Carolina Gabas; MOREIRA, Márcio Alan Menezes. A militarização das escolas públicas sob os enfoques de três direitos: constitucional, educacional e administrativo. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico**

científico editado pela ANPAE, [S.l.], v. 35, n. 3, p. 612, dez. 2019. ISSN 2447-4193. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/96483/55499>. Acesso em: 21 mar. 2021.

Autor 1:



Alana Periquito de Oliveira

Graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB; Mestranda em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UESB); Membro do Grupo de Pesquisa no Ensino de Geografia (GRUPEG).

Email: alanaoliveira0358@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7047941813652447>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-8209-0159>

Autor 2:



Vilomar Sandes Sampaio

Doutor em Geografia (UFS- Brasil); Professor Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB; Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UESB); Membro do Grupo de Pesquisa no Ensino de Geografia (GRUPEG/CNPQ)

Email: vilomar@uesb.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6383780323518506>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2897-2197>